Sobre o conceito de direito em Karl Marx

On the concept of law in Karl Marx

Vinícius Casalino

Pós-doutorado em andamento pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Doutor e Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo São Francisco-USP). Professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Autor de *O direito e a mercadoria: para uma crítica marxista da teoria de Pachukanis*. São Paulo: Dobra Editorial, 2011. E-mail: viniciuscasalino@gmail.com

Artigo recebido em 8/08/2015, aceito em 21/10/2015.

Resumo

A crítica marxista do direito resiste a abandonar certos pressupostos epistemológicos adotados pela teoria jurídica tradicional. Essa relutância decorre de uma postura metodológica insuficiente e de uma incompreensão generalizada sobre o conceito de direito em Karl Marx. O artigo tem como objeto essas questões e busca desenvolvê-las à luz da obra marxiana de maturidade, *O capital*.

Palavras-chave: Karl Marx; crítica do direito; forma jurídica e forma mercantil.

Abstract

The Marxist critique of law resists leaving certain epistemological assumptions adopted by traditional legal theory. This reluctance comes from an insufficient methodological approach and a widespread misunderstanding of the concept of law in Karl Marx. The article approaches these issues and seeks to develop them in the light of Marx's maturity work, *Capital*.

Keywords: Karl Marx; criticism of law; legal form and commodity form.

Introdução

No ano de 1926, por ocasião do prefácio à segunda edição de *Teoria geral do direito e marxismo*, Pachukanis confessava-se perfeitamente consciente dos vários “defeitos” que marcavam sua obra, dentre os quais a abstração, a forma concisa – um esboço de exposição –, o aspecto unilateral e a concentração da atenção em certos aspectos, reputados os mais essenciais. Ainda assim, optou por não modificar o trabalho. Segundo o autor, a crítica marxista do direito ainda estava no início e qualquer conclusão definitiva seria precipitada. Era mais do que necessário um profundo estudo de cada ramo da ciência jurídica¹.

Passados quase noventa anos, não há dúvida de que a crítica marxista evoluiu. Em âmbito nacional e internacional autores dão testemunho desse avanço com publicações cujo enfoque é o fenômeno jurídico à luz de análises marxistas².

A crise de paradigma que atinge o positivismo jurídico e a insuficiência de sua continuação lógica, o chamado “pós-positivismo”, explicam apenas parte desse crescimento. Não parece exagero afirmar que, no fundo, o que se procura são respostas mais amplas e substanciais às contradições econômicas, políticas, jurídicas e culturais que vêm assolando a sociedade global após o denominado “fim da história”. A teoria tradicional, em razão do ponto de vista de classe que representa, não tem condições de explicar de modo satisfatório as incongruências da chamada “pós-modernidade”³⁻⁴.

Obviamente deve-se reconhecer que a profusão de estudos marxistas é salutar caso se pretenda construir uma democracia material efetiva. Entretanto, não se pode deixar de assinalar que esta multiplicação de análises não tem primado, como regra, pelo devido rigor metodológico. Sem ingressar em questões estruturais – como a necessária e inescusável compreensão acerca dos *fundamentos* da economia capitalista – a crítica marxista, em sua

¹ (PACHUKANIS, 1988, p. 07; 2003, p. 35).

² No Brasil, entre outros: (ALVES, 1987); (NAVES, 2000); (MASCARO, 2007). No exterior, sobretudo: (ENGELS; KAUTSKY, 2012); (PACHUKANIS, 1988; 2003); (STUTCHKA, 2001); (CERRONI, 1976); (EDELMAN, 1976).

³ Sobre as limitações da teoria tradicional, confira-se: (HORKHEIMER, 1989).

⁴ Para uma análise aprofundada do direito na pós-modernidade, veja-se: (BITTAR, 2009).

quase totalidade, não conseguiu desvencilhar-se de certos pressupostos epistemológicos adotados pela teoria jurídica tradicional.

De fato, por mais que Pachukanis tenha se esforçado por esclarecer que o direito, assim como o capital, não passa de uma *relação social* dotada de *forma específica*⁵, os estudiosos marxistas ainda não se sentem confortáveis para abandonar o paradigma básico sustentado pela teoria tradicional segundo o qual o direito deve ser compreendido como *conjunto de normas* postas por uma autoridade competente⁶⁻⁷.

Ao recusar este rompimento, no entanto, a crítica marxista assume o sério risco de não representar mais do que mera variante “economicista” do ponto de vista tradicional, ou, o que é efetivamente pior, simplesmente reincidir na ideologia burguesa “maquiada por um protetor tom marxista”, como diria Pachukanis⁸.

O que espreita sob a incapacidade ou inconveniência desta recusa, na verdade, é algo mais grave e sub-reptício: uma relativa incompreensão quanto ao sentido específico da forma jurídica na crítica da economia política marxiana. Em outros termos: *a teoria marxista ainda não compreendeu adequadamente o conceito de direito em Karl Marx*.

⁵ Pachukanis observa: “Como se sabe, a economia política marxista ensina que o capital é uma relação social. Como diz Marx, ele não pode ser descoberto com o auxílio do microscópio, embora não se deixe, de modo nenhum, reduzir às experiências vividas, às ideologias e aos outros processos subjetivos que decorrem do psiquismo humano. Ele é uma relação social objetiva (...) Por que não sucederia o mesmo com o direito? Uma vez que ele próprio é uma relação social, pode comunicar-se mais ou menos a outras relações sociais ou transferir para elas sua forma” (PACHUKANIS, 1988, pp. 41-42; 2003, p. 76 [*passim*]).

⁶ A propósito, Kelsen anota: “Na verdade, o Direito, que constitui o objeto deste conhecimento, é uma ordem normativa da conduta humana, ou seja, um sistema de normas que regulam o comportamento humano” (KELSEN, 1995, pp. 04-05).

⁷ É o que ocorre, por exemplo, com a análise de Eros Roberto Grau. Sua concepção sobre a forma do direito ainda fica na dependência da norma posta pelo Estado: “Temos, então, que a relação jurídica que reaparece na superestrutura jurídica encontra-se originariamente no nível da relação econômica. A forma jurídica é imanente à infraestrutura, como *pressuposto* interior à sociedade civil, mas a transcende enquanto *posta* pelo Estado, como direito positivo” (GRAU, 2000, pp. 42-43). É claro que não se trata de excluir da análise marxista a *lei* como possível expressão da forma jurídica. Pelo contrário, trata-se de explicar a *forma da lei e seu conteúdo* à luz da dialética marxiana. Isso significa, no entanto, que uma série de mediações são necessárias até que se encontre o *momento* adequado à apresentação da forma legal. De maneira nenhuma a norma posta pelo Estado ou por qualquer outra autoridade pode ser o ponto de partida da crítica marxista do direito.

⁸ (PACHUKANIS, 2009, p. 147).

A tônica dessa incompreensão pode ser identificada, por exemplo, nas diversas e inconciliáveis concepções sobre o fenômeno jurídico. Assim, alguns afirmam, apoiados numa determinada interpretação de Marx, que o direito é uma “forma de dominação de classe”⁹. Para outros, ancorados em uma análise supostamente mais “sofisticada”, o direito qualifica-se como uma “instância jurídico-política”¹⁰. Há ainda os que, amparados em certa leitura de Pachukanis, veem o direito como “forma da equivalência subjetiva autônoma”¹¹.

Ora, supondo que tais perspectivas reivindicuem-se “marxistas”, como se explica que, fundadas todas na leitura de Karl Marx, apresentem conceitos tão diversos e antagônicos sobre o sentido da forma jurídica?

A resposta tradicional assinala o velho lugar-comum segundo o qual não há em Marx uma teoria do direito¹². Desse modo, as ideias gerais sobre a forma jurídica devem ser “colhidas” nas diversas obras do pensador alemão, de modo que cada leitura, à sua maneira, identifica um conceito particular conforme se atenha a determinado aspecto do pensamento marxiano.

Esse ponto de vista apresenta um sem-número de problemas. No entanto, dois são mais evidentes. Considerando que se funda numa acentuada relatividade epistêmica, revela como conclusão inexorável o fato de que *quaisquer* interpretações, desde que façam referência a esta ou aquela obra de Marx, são igualmente *válidas*. O direito, então, pode ser compreendido tanto como “forma de dominação de classes”, quanto como “forma da equivalência subjetiva autônoma”. A circunstância de serem as definições antagônicas e inconciliáveis não acarreta qualquer complicação ou embaraço para os

⁹ (STUTCHKA, 2001, p. 86).

¹⁰ (EDELMAN, 1976, p. 15).

¹¹ (NAVES, 2014, p. 87).

¹² Essa percepção é antiga. Já em 1887 Engels e Kautsky a propagavam com a publicação de *O socialismo jurídico*: “O direito jurídico, que apenas reflete as condições econômicas de determinada sociedade, ocupa posição muito secundária nas pesquisas teóricas de Marx; ao contrário, aparecem em primeiro plano a legitimidade histórica, as situações específicas, os modos de apropriação, as classes sociais de determinada época, cujo exame interessa fundamentalmente aos que veem na história um desenvolvimento contínuo, apesar de muitas vezes contraditório, e não simples caos de loucura e brutalidade, como a via o século XVIII” (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 34). Entretanto, aquilo que é patente em 1887 pode não ser em 2015. Para a crítica desse clichê, confira-se: (LIMA, 2010).

marxistas. Em segundo lugar, ela fixa ocultamente a premissa de que não há em Marx indicações metodológicas suficientes, capazes de apontar os caminhos a serem seguidos para que se obtenha um sentido conceitual relativamente objetivo com relação à forma jurídica.

É óbvio, no entanto, que, se a crítica marxista do direito almeja dar um passo adiante; se pretende se alçar a patamar mais elevado, próximo do qual se encontram os estudos filosóficos, políticos e, sobretudo, econômicos, sobre Marx, é mais do que necessário e urgente aprofundar as reflexões metodológicas com vistas ao aperfeiçoamento de certas premissas a partir das quais seja possível fixar determinados pressupostos relativamente objetivos, dotados, portanto, de algum compartilhamento.

Sem a delimitação mais apurada desses fundamentos, a crítica marxista continuará sendo percebida simplesmente como coleção de perspectivas plurais sobre observações marxianas a respeito da forma jurídica, todas igualmente válidas. A consequência inevitável é a que se verifica hoje: além de concepções as mais variadas sobre o que é e que papel cumpre o direito, constata-se uma quase irrelevância do marxismo no meio acadêmico tradicional, uma aparente inexistência na prática judicial quotidiana e um completo bloqueio de suas potencialidades políticas transformadoras.

Do que se trata, portanto, é de estabelecer, com certo rigor, esses parâmetros. Esta é a pretensão deste artigo: testar a *hipótese* segundo a qual há indicações suficientes na obra marxiana indicadoras dos caminhos metodológicos adequados à apreensão do sentido específico da forma jurídica em sua crítica da economia política. Em suma: *pretende-se fixar, em termos relativamente objetivos, a estrutura lógica do conceito de direito em Karl Marx.*

1. “Jovem Marx” ou “Velho Marx”?

Verifica-se, com assídua frequência, certa “relutância” entre marxistas quando se pretende falar sobre *método*. Sob o pretexto de se criticar, e com razão, a *ideologia do método* – pela qual se sustenta que a objetividade do

conhecimento científico reside *exclusivamente* no rigor metodológico¹³ – denuncia-se o caráter mistificador de *toda e qualquer* abordagem metodológica, inclusive aquela inserida no contexto do pensamento dialético. Neste caso as consequências são nefastas, pois, se é verdade que o método emana do objeto, não é menos verdade que aquele é o “caminho” pelo qual se apreende este último e, portanto, um *momento* fundamental da própria dialética¹⁴.

É fundamental assinalar a importância do debate metodológico quando uma ciência encontra-se em suas primeiras etapas. Pachukanis tinha isso em mente quando dedicou a introdução e o primeiro capítulo de sua *Teoria geral do direito e marxismo* à discussão de questões metodológicas¹⁵. E se hoje soa relativamente óbvio que a pesquisa da sociedade capitalista deve iniciar-se pela análise da mercadoria, não se deve esquecer que Marx dedicou-se a profundos estudos sobre o método para chegar a esta conclusão. O desdobrar de suas análises resultou em uma passagem clássica que consta da famosa *Introdução* aos *Grundrisse*, denominada “O método da economia política” (1857)¹⁶.

Muito embora a crítica marxista do direito tenha evoluído de modo considerável nos últimos tempos, não é menos verdade, como assinalado, que parte substancial dos autores ainda se mantém refém dos pressupostos básicos cultivados pela teoria jurídica tradicional¹⁷. Por isso, ao menos neste

¹³ A propósito, confira-se: (MÉSZÁROS, 2004).

¹⁴ Ruy Fausto observa: “O método é ele próprio interior ao objeto, ele é um momento deste. Por isso mesmo, não se tratará aqui de epistemologia, como se costuma dizer, entendendo a expressão, como se deve entender, como uma expressão que designa uma teoria subjetiva da ciência. Tratar-se-á, na realidade, de lógica, entendendo-a como uma teoria da ciência que é ao mesmo tempo uma teoria do objeto” (FAUSTO, 1987, p. 142).

¹⁵ De fato, o capítulo 01 recebeu a seguinte denominação: “Os métodos de construção do concreto nas ciências abstratas”. O autor anota: “É assim, pois, que as diferenças existentes entre as múltiplas ciências se baseiam amplamente nas diferenças existentes entre seus métodos, entre seus modos de abordagem da realidade” (PACHUKANIS, 1988, p. 30; 2003, p. 63).

¹⁶ Confira-se: (MARX, 2011). A propósito desse escrito, consulte-se: (ROSDOLSKY, 2001).

¹⁷ A crítica que Cerroni dirige a Pachukanis é outro exemplo desta limitação: “E, acrescentamos nós, não recorre às normas jurídicas porque, tendo visto que a relação econômica não é constituída pelas normas, não viu, no entanto, que ela própria constitui (postula) as normas jurídicas. Em última análise, estas, e todo o sistema publicista que se insere no fenômeno do Estado político-jurídico moderno, são completamente estranhas à análise que empreendeu” (CERRONI, 1976, pp. 73-74). Justamente o *avanço* de Pachukanis, que consiste em deslocar a

questo, pode-se afirmar que os marxistas ainda dão os primeiros passos. Justificável, portanto, que se introduza na ordem do dia o debate metodológico, cujo objetivo consiste em procurar estabelecer certa uniformidade ao menos no que tange ao objeto de estudo e ao modo de sua abordagem.

Nesse contexto, um dos problemas mais evidentes é a acentuada tendência que se encontra nas análises marxistas de fundar suas pesquisas, total ou parcialmente, nas obras iniciais de Marx¹⁸, ou, como diria Althusser, no “Jovem Marx”. A justificativa comum ressalta que somente nas obras de juventude o pensador alemão trata o direito como objeto de estudo dotado de alguma autonomia. Surge, então, com assídua e talvez indesejável persistência, a “famosa” coletânea de artigos reunidos sob a denominação *Debates acerca da lei sobre o roubo de lenha*, publicados na *Gazeta Renana* em 1842¹⁹. Tais apontamentos obtêm o status de quintessência do pensamento marxiano a propósito dos temas jurídicos.

A *insuficiência* deste ponto de partida é evidente e precisa ser indicada com rigor. Aqueles que aderem à leitura de Althusser, por exemplo, não têm qualquer dificuldade em demonstrar o equívoco. Sob esta perspectiva, o pensamento do “Jovem Marx” move-se no interior de certa “filosofia humanista”. Como consequência, os escritos de juventude situam-se no campo da “ideologia” e apenas as obras de maturidade alcançam status “científico”²⁰. É mais do que evidente, portanto, que as pesquisas sobre o direito devem começar pelas obras do “Velho Marx”²¹.

análise do parâmetro normativo a um segundo momento, é criticado por Cerroni, que demonstra extrema dificuldade em compreender o direito fora dos quadrantes da norma posta pelo Estado.

¹⁸ Entre outros: (FONTAINHA, 2010) e (DINIZ, 2010).

¹⁹ A propósito: (MARX, 2007; 2006).

²⁰ Althusser explica: “Essa oposição entre ciência e ideologia, assim como a noção de ‘cesura epistemológica’ que serve para meditar sobre o caráter histórico dessa oposição, retornam a uma tese que, sempre presente e subentendida nessas análises, não está, entretanto, explicitamente desenvolvida: a tese de que a descoberta de Marx é uma descoberta científica sem precedentes na História” (ALTHUSSER, 1979, p. 08).

²¹ Naves, que adere a Althusser, observa: “Serão os textos de juventude de Marx, notadamente os do período em que ele escreve na *Gazeta Renana*, e a conhecida passagem sobre os direitos humanos de *Sobre a questão judaica*, aqueles em que a temática jurídica aparece de maneira mais clara e explícita. Serão também os textos em que ele mais estará afastado de uma

Considerando, não obstante, que a crítica se autoproclama *marxista*, não seria o caso de buscar o *fundamento* desta opção *imediatamente* nas *obras marxianas*?

Sem desprezar os estudos de Althusser ou de quaisquer outros, não seria mais adequado pesquisar, antes de tudo, *nas obras do próprio Marx*, as indicações metodológicas necessárias e suficientes à abordagem de seu pensamento? Assim, sem ingressar no mérito de uma pretensa dicotomia entre o “Jovem Marx” e o “Velho Marx” ou de uma suposta “cesura epistemológica” pela qual se sustenta uma “clivagem” entre o pensamento de juventude e de maturidade, não seria o caso de perscrutar nos escritos do próprio pensador alemão as indicações sobre o ponto de partida adequado?

Parece que a resposta só pode ser afirmativa. Se, de fato, existem apontamentos nas obras marxianas que dão conta de questões metodológicas importantes, não há razão para relegá-las a um segundo plano ou agir como se não existissem. Pelo contrário, se a crítica se pretende *marxista*, *deve* começar, antes de tudo, pelas indicações de *Karl Marx*.

Nesse sentido, o escrito de 1857 (*O método da economia política*), oferece importantes subsídios²². Depois de assinalar o equívoco da economia política, que não partia das categorias mais simples para avançar às formas mais gerais e não podia, portanto, alcançar o concreto como “síntese de múltiplas determinações”; depois de colocar em relevo que mesmo as categorias mais abstratas são produto de relações históricas e têm sua validade apenas para essas relações e no interior delas, Marx observa:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura

compreensão materialista do direito, e ainda dominado por uma problemática que reproduz, no essencial, a ideologia jurídica” (NAVES, 2014, p. 16).

²² Assinale-se que Pachukanis trabalha com esse escrito. Confira-se: (PACHUKANIS, 1988, pp. 31-36; 2003, pp. 64-70). Cerroni elogia a preocupação do autor russo: “O segundo elemento diz respeito a uma maior agudeza metodológica, que se insere numa cultura filosófica mais profunda e numa meditação muito penetrante sobre o método de *O capital*. Não é por acaso que Pachukanis é talvez o primeiro estudioso marxista que trabalha na base da *Introdução* de 1857, um texto de Marx que por muito tempo ficou de lado na tradição da exegese marxista” (CERRONI, 1976, p. 65).

permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedades desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga (MARX, 2011, p. 58).

Como afirma Marx, a sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por isso, as categorias que expressam suas relações e viabilizam a apreensão de sua estrutura interna permitem que se compreenda também a organização e as relações de produção de sociedades antigas, já ultrapassadas. Desse modo, a anatomia econômica da sociedade burguesa é a *chave* para o conhecimento estrutural das economias antigas. Com isso, delimita-se o caráter *histórico* da dialética marxiana, o que a diferencia da dialética idealista tanto quanto a qualifica como *crítica* da economia política²³.

Uma vez que “as formas jurídicas, assim como as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se, pelo contrário, nas condições materiais de existência”²⁴, é preciso verificar, *no percurso intelectual de Marx*, em que *momento* se apresenta, *pela primeira vez*, como objeto de estudo relativamente autônomo, a análise das *relações de produção burguesas*. Note-se: a análise *destas* relações e não de quaisquer outras, sob pena de restar desprezado o caráter *histórico* da dialética marxiana. Passando em revista suas

²³ Giannotti, no excelente “Considerações sobre o método”, esclarece: “Ao dotar os conceitos de historicidade, Marx atenta para as diferentes vias de suas particularizações, assim como para as diversas maneiras pelas quais o universal e o particular se relacionam. ‘Se não há produção em geral, também não há igualmente produção universal. A produção é sempre um ramo particular da produção – por exemplo, agricultura, pecuária, manufatura etc. – ou uma totalidade. Mas a economia política não é tecnologia’. Essa observação é muito importante para compreender o sentido da totalidade tal como é pensada por Marx. Já lembramos que uma das origens de seu pensamento foi a dialética do idealismo absoluto. É sintomático que durante a redação do primeiro livro *d’O capital* ele tenha relido a *Ciência da lógica* de Hegel. O vocabulário e a inspiração desse livro, que funde lógica e ontologia, provocam nos comentadores de Marx as maiores dores de cabeça e os maiores desatinos” (GIANNOTTI, 2013, p. 61).

²⁴ (MARX, 2003, p. 04).

obras percebe-se que tal objeto apresenta-se, de modo relativamente inédito, na *Contribuição à crítica da economia política* (1859). No início do famoso *prefácio*, Marx observa:

Examino pela ordem seguinte o sistema da economia burguesa: *capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio externo, mercado mundial*. Nos três primeiros tópicos estudo as condições econômicas da existência das três grandes classes em que se divide a sociedade burguesa moderna; a ligação das três restantes é evidente. A primeira seção do livro primeiro, que trata do capital, subdivide-se nos seguintes capítulos: 1º a mercadoria; 2º a moeda ou a circulação simples; 3º o capital em geral. *Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente volume* (MARX, 2003, p. 03, grifo meu)²⁵.

Aparentemente, portanto, a obra de 1859 ofereceria o pano de fundo adequado ao início das análises marxistas no campo do direito. Uma leitura mais atenta, contudo, revela que há aí uma insuficiência fundamental. Percebe-se que, de acordo com Marx, *Contribuição à crítica da economia política* é composta de dois capítulos: 1º, a mercadoria; 2º, a moeda ou a circulação simples. *O terceiro capítulo, que teria como objeto o capital em geral, não se encontra no livro*. Isso significa que, muito embora a obra trate do *sistema da economia burguesa*, ela deixa de lado a análise do *capital enquanto capital* e se concentra no estudo da *mercadoria* e do *dinheiro*.

Entretanto, o texto de 1857 (*O método da economia política*) deixa muito claro que *a análise do capital é o elemento central na estruturação das categorias que exprimem a moderna sociedade capitalista*. Marx anota:

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que

²⁵ Caso se queira considerar *rigorosamente* as indicações de Marx, talvez se deva afirmar que o pioneirismo se encontra em *Miséria da Filosofia* (1847). No prefácio de 1859, ao mencionar seus trabalhos anteriores com Engels, ele explica: "Os pontos decisivos das nossas concepções foram cientificamente esboçados pela primeira vez, ainda que de forma polêmica, no meu texto contra Proudhon publicado em 1847: *Miséria da Filosofia*" (MARX, 2003, p. 07). De todo modo, como se verá logo mais, isso não altera em nada o argumento central.

nele se manifesta [...] Em todas as formas em que domina a propriedade da terra, a relação natural ainda é predominante. Naquelas em que domina o capital, predomina o elemento social, historicamente criado. A renda da terra não pode ser compreendida sem o capital. Mas o capital é perfeitamente compreensível sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada, e tem de ser desenvolvido antes da renda da terra. Após o exame particular de cada um, é necessário examinar sua relação recíproca (MARX, 2011, pp. 59-60 [passim], grifo meu).

Fica claro que o ponto de partida da apresentação categorial tem que ser a *forma do capital* porque esta é a potência econômica que tudo domina no sistema da economia burguesa. A categoria que o exprime é o elemento central da análise científica e constitui o *eixo de significação* de todas as outras categorias, ligadas a ela de modo direto ou indireto. *Assim, a pesquisa da forma jurídica não pode fugir desta diretriz metodológica. A análise do conceito de direito tem necessariamente que partir da forma do capital e a ela retornar.* Caso não se proceda desta maneira, ou seja, não se coloque o capital como o eixo de significação a partir do qual o sentido da forma jurídica deve ser extraído, a categoria que a expressa não passará de um apanhado de significações abstratas e nunca representará o “concreto pensado”, a “síntese de múltiplas determinações”, enfim, a “unidade da diversidade”.

Cabe indagar, pois, em que obra Marx apresenta, de forma totalizante, as categorias que expressam de maneira completa a *forma do capital*. Ora, todos sabem que a exposição categorial do capital vem à tona somente em 1867, com a publicação do primeiro volume de *O capital*²⁶. Nesta obra, para além da exposição da *mercadoria* e do *dinheiro*, Marx avança rumo à apresentação do *capital*, que começa com a análise da fórmula geral, isto é, a

²⁶ Diz Marx no *prefácio* à 1ª edição: “A obra, cujo primeiro volume apresento ao público, é a continuação de meu escrito *Contribuição à crítica da economia política*, publicado em 1859 (...) O conteúdo daquele texto está resumido no primeiro capítulo deste volume, e isso não só em nome de uma maior coerência e completude. A exposição foi aprimorada” (MARX, 2013, p. 77; 1962, p. 11). Marx refere-se ao primeiro capítulo da 1ª edição, cujo título era “Mercadoria e dinheiro”. Para a 2ª edição, publicada em 1873, Marx desdobrou o capítulo em três novos: (1) A mercadoria; (2) O processo de troca; (3) O dinheiro ou a circulação de mercadorias. Tem-se aí a Seção I, chamada “Mercadoria e dinheiro”. A apresentação do capital enquanto capital só ocorre na Seção II, chamada, não por outra razão, de “A transformação do dinheiro em capital”.

transformação do dinheiro em capital, passa pela produção do mais-valor absoluto e relativo e termina com a demonstração do processo de acumulação. Isso tudo, obviamente, levando-se em conta apenas o Livro I, publicado em vida, pois a apresentação categorial apenas estará completa com os Livros II (1885) e III (1894).

Em suma, não resta dúvida de que o ponto de partida e de chegada para a crítica marxista do direito só pode ser a obra marxiana de maturidade: *O capital*. Isso não significa que se deve excluir da pesquisa os trabalhos de juventude. Pelo contrário, as obras iniciais são fundamentais à compreensão do sentido da forma jurídica em Marx. Não se deve perder de vista, entretanto, que precisam ser interpretadas, sempre, à luz da obra posterior²⁷.

2. Objeto da crítica marxista do direito: *O capital*

Fixada esta premissa elementar, relativamente óbvia, e, no entanto, sistematicamente ignorada, segundo a qual *O capital* é o *objeto* primordial da crítica marxista do direito, cabe agora investigar o modo pelo qual o sentido conceitual da forma jurídica deve ser apreendido. A investigação demanda a análise estrutural da obra e o pressuposto de que a *ordem de apresentação das categorias* ingressa como importante elemento formador de seus *significados*.

Sabe-se que Marx inicia a pesquisa do modo de produção capitalista pela análise da mercadoria. Isso ocorre porque esta é a forma elementar de riqueza nesta sociedade²⁸. A importância metodológica deste início é tamanha

²⁷ Helmut Reichelt, ao mencionar *Sobre a questão judaica*, de Marx, observa: “Por essa razão, queremos aplicar mais uma vez à própria obra de Marx a sua indicação metodológica quanto à elaboração conceitual de formações sociais mais antigas – que a anatomia do ser humano é a chave para a anatomia do macaco, ‘que os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc.’ (...) – e interpreta as formulações anteriores a partir da perspectiva da obra tardia” (REICHELT, 2013, p.34).

²⁸ Marx explica: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria” (MARX, 2013, p. 113; 1962, p. 49). A propósito, Jorge Grespan observa: “Esta primeira frase já anuncia o todo da

que, ainda que fosse tomado de maneira isolada, indicaria, por si só, que a pesquisa marxista da forma jurídica deveria acompanhá-lo. Não obstante, logo no começo do capítulo 02 (*O processo de troca*), Marx apresenta uma passagem que é fundamental à compreensão do significado conceitual do direito:

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem. Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras, pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm que estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica. Aqui, as pessoas existem umas para outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias (MARX, 2013, pp. 159-160; 1962, pp. 99-100, grifo meu).

O estudo da mercadoria seria uma *imposição* à crítica marxista do direito pelo simples fato de representar a forma mais geral de riqueza na sociedade capitalista, portanto, o ponto de partida da análise. Não bastasse isso, a apresentação categorial da forma jurídica logo no segundo capítulo sepulta quaisquer dúvidas. *A relação entre direito e mercadoria é umbilical*. Evidente, pois, que todas as categorias desenvolvidas no primeiro capítulo estão pressupostas nos significados conceituais expostos no segundo. Assim, a mercadoria é a síntese de valor de uso e valor de troca, isto é, um objeto externo capaz de atender a certas necessidades concretas e, simultaneamente,

obra: a mercadoria deve estar no começo da exposição por ser a forma mais geral da 'riqueza' capitalista, e não porque seria sua primeira forma histórica. Na articulação sistêmica do capitalismo, ela é a forma social que será imposta a todos os produtos e formas sociais; e isso porque a própria fonte produtora das mercadorias e dos valores, a força de trabalho, adquire a forma mercadoria como trabalho assalariado" (GRESPLAN, 2006, p. 13).

ser trocado por outros numa proporção que é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada qual. Essa relação exprime o valor das mercadorias e, conseqüentemente, o duplo caráter do trabalho que nelas se representa. O intercâmbio mercantil tem lugar quando os produtos do trabalho são postos em relação de equivalência, ou seja, de igualdade em suas magnitudes de valor.

Muito embora o metabolismo da sociedade, neste início de exposição, seja comandado pela dinâmica da troca de mercadorias, fica claro que estas não podem ir sozinhas ao mercado e se trocar umas pelas outras. É necessário, portanto, focalizar os guardiões destes objetos, seus *possuidores*. Para que as *coisas* sejam relacionadas umas com as outras *como mercadorias*, isto é, para que os *valores de uso* sejam intercambiados como *valores de troca*, é preciso que seus *guardiões* relacionem-se entre si *como pessoas* cuja vontade reside nessas coisas. *Essa relação de vontades é justamente a relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não. O conteúdo da relação volitiva ou jurídica é dado pela própria relação econômica.*

Aí estão delineados os *sentidos essenciais* da forma jurídica para Marx. Perceba-se que o direito é uma *relação social*, isto é, relação que os possuidores de mercadorias travam entre si ajustando suas vontades de modo que o intercâmbio mercantil ocorra. Note-se que, neste primeiro momento da apresentação, a forma jurídica relaciona-se *imediatamente* com a troca direta de mercadorias (M–M). Para que os produtos do trabalho sejam contrapostos na *forma de mercadoria*, os guardiões precisam se relacionar na *forma de pessoas*. Estas *pessoas* se reconhecem mutuamente como *proprietários*, de maneira que as mercadorias não podem ser apropriadas senão pelo ajuste de vontades, o que faz pressupor a existência concreta dos signos de liberdade, igualdade, autonomia da vontade e propriedade privada.

O ajuste de vontades, por sua vez, assume a forma do *contrato, desenvolvida legalmente ou não*. Aqui reside o ponto em que qualquer pretensão de *interpretação normativa* do fenômeno jurídico deve ser afastada. Para Marx pouco importa se existe uma norma posta pelo Estado ou por outra autoridade competente qualificando determinado “fato” como “jurídico”. *Pelo*

contrário, o sentido jurídico de uma relação social é dado pelo conteúdo que ela expressa. Se este for uma relação de equivalência, a relação social assume a forma jurídica, quer seja reconhecida legalmente, quer não. O direito, portanto, é a forma da troca de equivalentes. Assim, a relação social de equivalência, generalizada socialmente, tem a aptidão de atribuir a determinado conjunto de normas a qualificação de *jurídico* e não o contrário²⁹. Os pressupostos da teoria tradicional são imediatamente fulminados³⁰.

Pachukanis foi, sem dúvida, o primeiro autor marxista a delimitar o campo de estudos sobre o direito com fundamento nesta chave interpretativa. No início do capítulo 03 de *Teoria geral do direito e marxismo*, ele registra:

Do mesmo modo que a riqueza da sociedade capitalista reveste a forma de uma enorme acumulação de mercadorias, também a sociedade, em seu conjunto, apresenta-se como uma cadeia ininterrupta de relações jurídicas. A troca de mercadorias pressupõe uma sociedade atomizada. O vínculo entre as diferentes unidades econômicas privadas e isoladas é mantido a todo momento graças aos contratos que celebram. A relação jurídica entre os sujeitos não é mais que o reverso da relação entre os produtos do trabalho tornados mercadorias (...) A relação jurídica é como que a célula central do tecido jurídico e é unicamente nela que o direito realiza o seu movimento real. Em contrapartida o direito, enquanto conjunto de normas, não é senão uma abstração sem vida (PACHUKANIS, 1988, p. 47; 2003, p. 84 [passim])³¹.

²⁹ Engels e Kautsky colocaram em relevo essa questão: “Visto que o desenvolvimento pleno do intercâmbio de mercadorias em escala social – isto é, por meio da concessão de incentivos e crédito – engendra complicadas relações contratuais recíprocas e exige regras universalmente válidas, que só poderiam ser estabelecidas pela comunidade – normas jurídicas estabelecidas pelo Estado –, imaginou-se que tais normas não proviessem dos fatos econômicos, mas dos decretos formais do Estado” (ENGELS; KAUTSKY, 2012, pp. 18-19).

³⁰ Neste ponto, mesmo Ruy Fausto, que sem dúvida faz a melhor análise sobre o tema – muito embora seu objeto não seja o direito – não consegue se livrar do horizonte normativo: “Esboçemos desde já como se desenvolverá essa dialética dos agentes ao longo d’*O capital*, e mesmo para além dele. No capítulo II, eles são postos como agentes homogêneos que trocam mercadorias no quadro de uma relação jurídica – o contrato –, *relação jurídica pressuposta mais do que posta porque o direito como emanção do Estado está ausente*” (FAUSTO, 1997, p. 76, grifo meu). Registre-se, antes de tudo, que o sentido *dialético* de “posição” e “pressuposição” envolve significados distintos dos tradicionalmente utilizados pela teoria jurídica. Ainda assim, repare-se que Fausto fica na dependência da norma *posta* (sentido não dialético) pelo Estado para qualificar o fenômeno como *jurídico*. Ora, Marx diz justamente o contrário: o ajuste de vontades é jurídico seja ou não desenvolvido legalmente.

³¹ Para uma análise descritiva da teoria de Pachukanis, confira-se: (NAVES, 2000) e (KASHIURA, 2009). Para uma abordagem crítica, veja-se: (CASALINO, 2011). Uma leitura alternativa à de Pachukanis, fundada em Lukács, encontra-se em: (SARTORI, 2013). Um estudo sobre a perspectiva penal do autor russo pode ser visto em: (MASTRODI; FURQUIM; 2014).

A partir desta constatação fundamental, a saber, a proximidade entre a *forma do direito e a forma da mercadoria*³², extraída à leitura rigorosa das obras de Marx, Pachukanis desenvolve a crítica de algumas das categorias mais importantes da teoria tradicional. Põe em xeque, em primeiro lugar, o ponto de vista de Kelsen segundo o qual o direito não lida com uma relação entre sujeitos, porém, com a qualificação “jurídica” de certos “fatos” por normas emanadas de autoridades competentes³³. Como consequência, toda a análise tradicional do par direito objetivo/subjetivo precisa ser repensada, pois este é o fundamento lógico daquele, e não o contrário. Além do mais, a velha dicotomia direito público/privado deve ser reformulada, uma vez que o primeiro apenas pode se desenvolver sob a condição de ter como centro gravitacional o segundo³⁴.

Não obstante, o eixo central da teoria de Pachukanis consiste em assinalar a identidade formal entre a *pessoa*, mencionada por Marx no capítulo 02 de *O capital*, e a figura tradicional da filosofia jurídica, o conhecidíssimo *sujeito de direito*³⁵. No capítulo 04 de *Teoria geral do direito e marxismo*, o autor observa:

Toda relação jurídica é uma relação entre sujeitos. O sujeito é o átomo da teoria jurídica, o seu elemento mais simples, que não se pode decompor. É por essa razão que começaremos nossa análise pelo sujeito (...) As premissas materiais da comunidade jurídica ou das relações entre os sujeitos jurídicos foram definidas pelo próprio Marx no primeiro tomo de *O capital*, ainda que só de

³² (PACHUKANIS, 1988, p. 08; 2003, p. 36)

³³ De fato, Kelsen sustenta: “Os conceitos personalísticos ‘sujeito jurídico’ e ‘órgão jurídico’ não são conceitos necessários para a descrição do direito. São simplesmente conceitos auxiliares que, como o conceito de direito reflexo, facilitam a exposição. O seu uso somente é admissível quando de tenha consciência desse seu caráter” (KELSEN, 1995, p. 189).

³⁴ (PACHUKANIS, 1988, p. 65; 2003, p. 106).

³⁵ No *prefácio* à 2ª edição, Pachukanis anota: “Depois de Marx, a tese fundamental, a saber, de que o sujeito jurídico das teorias do direito se encontra numa relação muito íntima com o proprietário das mercadorias, não precisava mais uma vez ser demonstrada” (PACHUKANIS, 1988, p. 08; 2003, p. 36). Sem dúvida, ao “inverter” a dialética de Hegel, Marx percebeu facilmente que a “pessoa”, que abre a primeira parte dos *Princípios da filosofia do direito*, não passa do *guardião da mercadoria*. A propósito, no item 36 da obra hegeliana se lê: “É a personalidade que principalmente contém a capacidade do direito e constitui o fundamento (ele mesmo abstrato) do direito abstrato. O imperativo do direito é, portanto: sê uma pessoa e respeita os outros como pessoa” (HEGEL, 1997, p. 40).

passagem e sob a forma de anotações muito gerais. Estas anotações, porém, contribuem muito mais para a compreensão do momento jurídico nas relações humanas do que qualquer volumoso tratado sobre teoria geral do direito. Para Marx a análise da forma do sujeito tem origem na análise da forma da mercadoria (PACHUKANIS, 1988, p. 70; 2003, p. 111 [passim] grifo meu).

Ao elevar a figura do *sujeito de direito* à estatura de elemento mais simples da teoria jurídica, ao situá-la, portanto, como ponto de partida da análise, Pachukanis ressalta o *caráter histórico* do direito, pois “*isso significa também que a forma jurídica, em sua forma desenvolvida, corresponde precisamente a relações sociais burguesas-capitalistas*” (PACHUKANIS, 1988, p. 68; 2003, p. 109). O autor está apto, então, a desenvolver as importantes conexões existentes entre o *fetichismo da mercadoria* e o *fetichismo jurídico*. Se, como afirma Marx, o caráter fetichista da mercadoria significa, sobretudo, que as relações entre *produtores* aparecem como relação social entre *produtos* – que, portanto, os homens submetem-se ao *poder* das mercadorias –, por outro lado, explica Pachukanis, os guardiões recebem uma “compensação”, pois aparecem como *peças* dotadas de propriedade, vontade, liberdade e igualdade. “*Ao lado da propriedade mística do valor aparece um fenômeno não menos enigmático: o direito*” (PACHUKANIS, 1988, p. 75; 2003, p. 117).

A crítica da propriedade privada é consequência lógica destas reflexões e o autor dá combate às noções que tentam explicá-la de modo abstrato, como simples relação de apropriação. Pelo contrário, o sentido *jurídico* da propriedade privada advém justamente da generalização da circulação de bens sob a forma mercantil, o que só ocorre no capitalismo. Daí o caráter “moderno” do direito de propriedade, que não significa senão “*a liberdade de transformação do capital de uma forma para outra, a liberdade de transferência do capital de uma esfera para outra, visando obter o maior lucro possível sem trabalhar*” (PACHUKANIS, 1988, p. 84; 2003, p. 127).

À luz dessas considerações de Pachukanis, todas de uma originalidade admirável, uma reflexão mais apressada poderia levar à conclusão de que a análise do capítulo 02 de *O capital* seria suficiente à obtenção de um

significado pleno a propósito da forma jurídica em Karl Marx. Nada mais enganoso! É importante considerar, como já assinalado, que a ordem de exposição das categorias é fundamental para a constituição de seus sentidos.

Ora, o momento em que ocorre a apresentação da forma jurídica em *O capital* situa-se entre o capítulo 01, que trata da mercadoria, e o capítulo 03, que analisa o dinheiro ou a circulação de mercadorias. É fácil perceber que o objeto exposto, até então, coincide, em linhas gerais, com o conteúdo de *Contribuição à crítica da economia política*³⁶. É preciso assinalar, então, com muita clareza: *o direito é apresentado em um momento em que ainda não houve a exposição categorial da forma do capital enquanto capital*.

Não se registrou, porém, que de acordo com o escrito de 1857, o *capital* deve ser o *ponto de partida* e de *chegada* da pesquisa científica? Não se observou que a análise elaborada no livro de 1859 é insuficiente justamente porque, nela, não há a apresentação do *capital enquanto capital*? Pois bem, não há como escapar à seguinte conclusão: *a análise da forma jurídica nos termos do capítulo 02 de O capital não basta à apreensão do sentido conceitual do direito em Karl Marx!*

A apresentação da forma do capital enquanto capital ocorrerá apenas no capítulo 04 de *O capital*, denominado, “A transformação do dinheiro em capital”. Antes, porém, Marx expõe o dinheiro ou a circulação de mercadorias (capítulo 03). Neste caso, é fundamental perceber que a circulação simples (M–D–M) reproduz, no essencial, a troca simples (M–M). A “novidade” é a presença do dinheiro³⁷. Enquanto a troca simples dá ensejo ao intercâmbio *imediato* de valores de uso de qualidades distintas, porém, com valores

³⁶ Vale relembrar que no prefácio à 1ª edição de *O capital* Marx explica que a obra é a continuação de seu escrito anterior, *Contribuição à crítica da economia política*. Observou, então, que o conteúdo deste estava resumido no primeiro capítulo daquele. Na 2ª edição de *O capital*, o primeiro capítulo foi desdobrado em três. Portanto, os capítulos 01, 02 e 03 da obra magna correspondem às reflexões desenvolvidas no livro de 1859.

³⁷ Ressalte-se que não há nenhuma incoerência lógica na apresentação marxiana, pois, como assinalado, a forma do dinheiro foi apresentada no capítulo 01 de *O capital*. De fato, o item 03, “A forma de valor ou o valor de troca”, é composto pelos subitens A (*A forma de valor simples, individual ou ocasional*); B (*A forma de valor total ou desdobrada*); C (*A forma de valor universal*) e D (*A forma-dinheiro*). Marx poderia passar diretamente do capítulo 01 ao capítulo 03, não fosse um pequeno “detalhe”: as mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado. O capítulo 02 é necessário para que se faça a apresentação dos *guardiões* das mercadorias que, no momento da troca, tornam-se *pessoas*, ou, como diria Pachukanis, *sujeitos de direito*.

idênticos, na circulação simples o intercâmbio ocorre de forma *mediata*, pois o dinheiro ingressa como meio-termo da equação. Justamente por isso, cumpre a função de meio de circulação. O valor de uso, no entanto, continua sendo a finalidade do movimento.

Do ponto de vista jurídico, são expostos os contratos de venda (M–D) e compra (D–M). Na importante função do dinheiro como meio de pagamento, Marx apresenta o contrato de empréstimo, de modo que as pessoas, até então compradoras e vendedoras, assumem a forma de *credoras* e *devedoras*³⁸. Em todos os casos se trocam equivalentes, pois a forma da circulação M–D–M predomina, de modo que os nexos sociais projetam, essencialmente, a forma jurídica. Os guardiões de mercadoria e dinheiro aparecem como *pessoas* cujas vontades residem nas próprias coisas, devem se ajustar em comum acordo por meio do contrato, que pode estar desenvolvido legalmente ou não. Enfim, *a circulação simples, tanto quanto a troca direta, realiza plenamente a forma do direito*³⁹.

Finalmente, no capítulo 04 de *O capital*, Marx apresenta a *forma do capital enquanto capital*. O capítulo é aberto da seguinte maneira:

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias – o comércio – formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge. O comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital (MARX, 2013, p. 223; 1962, p. 161).

Ora, se a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital, conclui-se que a forma jurídica, de alguma maneira, está pressuposta no

³⁸ Eis a gênese, ainda muito remota, do capital portador de juros (D–D) e do capital fictício, que serão apresentados apenas no Livro III de *O capital*. Neles fica pressuposta, como se vê, a forma do direito.

³⁹ Não por outra razão, quando Pachukanis se refere à circulação de mercadorias, tem em mente justamente a circulação simples (M–D–M): “A propriedade como apropriação é a consequência natural de qualquer modo de produção; porém, a propriedade só reveste a forma lógica mais simples e mais geral de propriedade privada quando se tem em vista o núcleo de uma determinada formação social onde ela é determinada como a condição elementar da ininterrupta circulação dos valores que se opera de acordo com a fórmula Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria” (PACHUKANIS, 1988, p. 14; 2003, p. 43). Para a crítica desse ponto de vista – pois o “núcleo” da formação social capitalista não é a circulação simples, porém, a *circulação complexa* (D–M–D) – confira-se: (CASALINO, 2011, pp. 118-167).

movimento. O direito é a forma da relação de troca (M–M) e da circulação simples (M–D–M). Não obstante, de que maneira poderia o capital surgir da circulação de mercadorias? Se no circuito M–D–M o início e o fim são valores de uso, objetos que contemplam necessidades concretas, como poderia o capital vir à tona nesse contexto? A solução de Marx é, ao mesmo tempo, simples e genial:

A forma imediata da circulação de mercadorias é M–D–M, conversão de mercadoria em dinheiro e de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Mas ao lado dessa forma encontramos uma segunda, especificamente diferente: a forma D–M–D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconvenção de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que circula deste último modo transforma-se, torna-se capital e, segundo sua determinação, já é capital (MARX, 2013, pp. 223-224; 1962, p. 162, grifo meu).

Note-se que, *ao lado da forma M–D–M*, que é a forma *imediata* da circulação de mercadorias, encontra-se a forma D–M–D, forma *mediata* da circulação. No primeiro caso, tem-se uma venda (M–D) e, depois, uma compra (D–M). No segundo, uma compra (D–M) e, posteriormente, uma venda (M–D). Como explica Marx, *“inicialmente, o dinheiro como dinheiro e o dinheiro como capital se distinguem apenas por sua diferente forma de circulação”* (MARX, 2013, p. 223; 1962, p. 161). Sem dúvida, no circuito M–D–M o dinheiro funciona, sobretudo, como meio de circulação; no circuito D–M–D, o dinheiro é capital.

Uma análise mais cuidadosa da circulação D–M–D, no entanto, revela que, em princípio, ela é tautológica. De fato, que razão justificaria iniciar a circulação com uma determinada magnitude de valor “X”, se, ao final, deve-se extrair a mesma magnitude “X”? No caso da circulação simples (M–D–M) a razão é evidente, pois a mercadoria com a qual se inicia o circuito (M) é um *valor de uso* diferente daquele que o encerra (M). Troca-se, por exemplo, tecido por casaco. Contemplam-se necessidades distintas. O dinheiro, entretanto, não se diferencia de si mesmo, a não ser pela *quantidade*. Dar início à circulação com um valor “X”, para obter, ao cabo do circuito, o mesmo

valor “X”, não faz sentido. Como diria Marx, mais esperto é o entesourador, que guarda seu dinheiro debaixo do colchão. A circulação D–M–D só adquire sentido se o final do circuito significar uma *magnitude de valor maior* do que aquela que fora inicialmente lançada. Marx observa:

Uma quantia de dinheiro só pode se diferenciar de outra quantia de dinheiro por sua grandeza. Assim, o processo D–M–D não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua distinção quantitativa. No final do processo, mais dinheiro é tirado da circulação do que nela fora lançado inicialmente. O algodão comprado por £100 é revendido por £100 + £10, ou por £110. A forma completa desse processo é, portanto, D–M–D', onde $D' = D + \Delta D$, isto é, a quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um acréscimo. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (surplus value). O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital (MARX, 2013, pp. 226-227; 1962, p. 165).

D–M–D', eis a *fórmula geral do capital*. Note-se que o *sentido* da circulação que se inicia com o dinheiro (D) é completamente *diferente* daquela que se inicia com a mercadoria (M–D–M). Neste caso, a finalidade é o *valor de uso*; naquele, o *valor*, isto é, a *ampliação da magnitude de valor*⁴⁰. Sob a perspectiva da análise jurídica, contudo, há aí um problema. Se, como se argumentou, a forma do direito, para Marx, expressa *relações de equivalência*, quer dizer, de *igualdade*, como poderia o circuito D–M–D', que pressupõe o *acréscimo de valor* ao final do processo, encadear relações jurídicas? Se D' significa uma magnitude de valor *maior* do que D, como é possível transformar D em D' e, ainda assim, manter a equivalência? Não seria o modo de produção capitalista, na realidade, um sistema antijurídico?

⁴⁰ Giannotti observa: “Só podemos apontar essas linhas em que se assenta a crítica marxista da sociedade capitalista. Mas convém retomar alguns problemas levantados pelo próprio desdobramento das formas categoriais. No plano do pensamento meramente abstrato é fácil passar do modo de produção simples de mercadorias (M–D–M–D ...) para o modo de produção capitalista. Basta cortar a sequência e começar pelo dinheiro (D–M–D ...). Mas o processo mudou completamente o sentido. O proprietário de D não é um entesourador, mas alguém que acumula dinheiro para investi-lo em busca de lucro. Sempre tendo um sistema legal a seu lado” (GIANNOTTI, 2013, p. 69, grifo meu).

Essa é a mesma indagação com a qual se deparou Marx ao tratar das *contradições da fórmula geral*. É necessário lembrar, antes de tudo, que ninguém vai ao mercado para perder. Nenhum guardião oferece sua mercadoria em troca de dinheiro se não estiver convicto de que receberá uma magnitude de *valor equivalente* como contrapartida. Igualmente, ninguém oferece mais dinheiro do que pensa valer um produto. Além do mais, compras e vendas que *violem* a relação de equivalência podem, no máximo, *distribuir* o valor inserido na circulação de maneira diversa entre os participantes. Não têm aptidão, entretanto, para explicar a *criação* de valor. Para que algo *circule* é preciso, antes, que *exista*. Assim, onde um possuidor ganha, o outro perde. Em termos totalizantes, portanto, não há criação de excedente na esfera da circulação. Assim, o surgimento do mais-valor tem de ser explicado a partir da *lei de equivalência* que caracteriza o circuito de trocas, mas sem violar essa mesma lei. Marx esclarece:

A transformação do dinheiro em capital tem de ser explicada com base nas leis imanentes da troca de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes seja o ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, que ainda é apenas um capitalista em estado larval, tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, no entanto, no final do processo, retirar da circulação mais valor do que ele lançara inicialmente. Sua crisalidação tem de se dar na esfera da circulação e não pode se dar na esfera da circulação. Essas são as condições do problema. Hic Rhodus, hic salta! (MARX, 2013, pp. 240-241; 1962, pp. 180-181).

A circulação do dinheiro como capital (D–M–D') não altera as leis de igualdade que vigoram na circulação simples de mercadorias (M–D–M). Perceba-se que D' não vale mais do que M. Se fosse o caso, o possuidor do dinheiro não se interessaria em comprá-la. Só se tem a percepção de que D' representa uma magnitude de valor maior do que D quando se observa o processo em sua totalidade: D–M–D'. Observado de modo fracionado, contudo, a quantia de dinheiro que inicia a circulação (D) representa a mesma magnitude de valor da mercadoria (M) com a qual é trocada. De forma idêntica, a mercadoria (M) que funciona como meio-termo da equação representa a mesma magnitude de valor que o dinheiro que encerra o circuito

(D'). Portanto: $D = M \dots M = D'$. Assim, ambos os extremos do circuito (D–M) e (M–D') traduzem relações de equivalência. Logo, ambos projetam a forma jurídica.

O problema, no entanto, ainda persiste. Como afirmar que a circulação D–M–D' representa típico circuito jurídico se ela pressupõe um excedente de valor e, de acordo com o argumento inicial, o direito é a forma da troca de equivalentes? A solução do enigma passa por recordar que a *substância* do valor é o *trabalho abstrato*, tal como Marx demonstrou no capítulo 01 de *O capital*. Desse modo, é de se indagar se há no mercado alguma mercadoria cujo valor de uso seja a aptidão para trabalhar, isto é, fazer *surgir* valor. Se houver, então o problema está solucionado, pois se pode *criar* ou *adicionar* valor àquele que já existe com o simples *consumo* desta mercadoria especial. Amplia-se a magnitude do valor *fora da esfera da circulação*, ou seja, fora do momento em que predominam relações de equivalência. Tal mercadoria, como afirma Marx, é a força de trabalho:

A mudança de valor do dinheiro destinado a se transformar em capital não pode ocorrer nesse mesmo dinheiro, pois em sua função como meio de compra e de pagamento ele realiza apenas o preço da mercadoria que ele compra ou pela qual ele paga, ao passo que, mantendo-se imóvel em sua própria forma, ele se petrifica como um valor que permanece sempre o mesmo. Tampouco pode a mudança ter sua origem no segundo ato da circulação, a revenda da mercadoria, pois esse ato limita-se a transformar a mercadoria de sua forma natural em sua forma-dinheiro. A mudança, portanto, tem de ocorrer na mercadoria que é comprada no primeiro ato D–M, porém não em seu valor, pois equivalentes são trocados e a mercadoria é paga pelo seu valor pleno. Desse modo, a mudança só pode provir de seu valor de uso como tal, isto é, de seu consumo. Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir, no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho ou força de trabalho (MARX, 2013, pp. 241-242; 1962, p. 181).

O problema está solucionado. O valor de uso da força de trabalho consiste na aptidão para trabalhar. Seu consumo, o trabalho efetivo, redonda

na *criação* ou *acréscimo* de valor àquele que já existe. Trata-se, então, de consumi-la, ou seja, pô-la para trabalhar, o que ocorre no *momento da produção*. Resolvem-se, assim, os enigmas da origem do mais-valor e da *aparente* contradição entre a circulação D–M–D’ e a forma do direito.

O capitalista vai ao mercado e adquire as mercadorias de que precisa, incluindo a força de trabalho. Todas são compradas por seus valores, pois na circulação prevalecem relações de equivalência. Os guardiões envolvidos na transação, capitalista e trabalhador, reconhecem-se como *pessoas*. Logo, o ajuste de vontades assume a forma do contrato. O consumo das mercadorias, entretanto, ocorre na *esfera da produção*. Neste momento o que está em jogo é o *valor de uso* e não o valor. Portanto, o capitalista, ao colocar a força de trabalho para trabalhar, obtém, ao final do processo, mais valor do que havia no início. Este movimento, que remete à produção, amplia a magnitude do valor sem violar as leis de equivalência. *O capital acumula-se por intermédio da forma jurídica e não a despeito dela*⁴¹.

Considerações finais

No capítulo 04 do Livro I de *O capital*, Marx finalmente apresenta a *transformação do dinheiro em capital*. Nesse momento ele ultrapassa a obra de 1859, *Contribuição à crítica da economia política*. O capital pode ser tomado, portanto, como ponto de partida para a análise científica e, conseqüentemente, também para a crítica marxista do direito.

Seria o caso de afirmar, então, que estão presentes todos os elementos necessários e suficientes à obtenção do *significado conceitual pleno* da forma jurídica em Karl Marx? Obviamente não! E isso por uma simples razão: no capítulo 04 Marx ainda não apresentou a *produção* do capital. No entanto, de acordo com a *Introdução* de 1857, a *produção* é o ponto de partida

⁴¹ Daí o brilhantismo desta passagem: “Portanto, o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem nela. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela” (MARX, 2013, p. 240; 1962, p. 180).

e o momento predominante de qualquer todo orgânico, razão pela qual é também o ponto de partida e o elemento que deve predominar na análise científica⁴².

Assim, apenas a análise da *produção do capital* é capaz de revelar os elementos e significados necessários à obtenção de um conceito razoavelmente objetivo sobre a forma jurídica em Marx. O ponto-chave consiste em responder à seguinte indagação: se todas as mercadorias necessárias à produção são adquiridas por seus valores, inclusive a força de trabalho; se somente esta tem a aptidão de produzir valor; se a relação jurídica não passa da forma pela qual se expressam relações de equivalência; como é possível afirmar que a compra e venda da força de trabalho é uma relação jurídica se, ao final do processo de produção, o capitalista apropria-se de mais valor do que havia no início?

Do ponto de vista da circulação, como visto, o problema está solucionado, pois o consumo da força de trabalho ocorre no momento da produção, de modo que as relações de equivalência que têm lugar naquela esfera são preservadas. O que dizer, no entanto, quando se observa a questão da perspectiva do *momento produtivo*? Neste caso, percebe-se que a acumulação de capital fica na dependência de que o valor de uso da força de trabalho seja consumido por um período de tempo *superior* àquele em que o trabalhador simplesmente reproduz o valor de sua mercadoria⁴³.

⁴² Marx observa: “O importante aqui é apenas destacar que, se produção e consumo são considerados como atividades de um sujeito ou de muitos indivíduos, ambos aparecem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o momento predominante [*übergreifende Moment*]. O próprio consumo, como carência vital, como necessidade, é um momento interno da atividade produtiva. Mas esta última é o ponto de partida da realização e, por essa razão, também seu momento predominante, o ato em que todo o processo transcorre novamente” (MARX, 2011, p. 49).

⁴³ Marx inicia o desenvolvimento lógico desta questão a partir do capítulo 05, “O processo de trabalho e o processo de valorização”. Giannotti explica: “Em termos muito gerais, podemos dizer que, tendo o capitalista comprado essa força por seu valor, vale dizer, pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessária para a sua produção e reprodução, cria as condições do excedente, ao deixar que o trabalho morto (o valor da força da mercadoria força de trabalho) se transforme em trabalho vivo. A atividade do trabalhador se faz sob o comando do capital segundo suas leis, e o produto lhe pertence *de jure*. O mais-valor, ou mais-valia, resulta, pois, da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma” (GIANNOTTI, 2013, p. 69).

Ora, se as relações de equivalência são postas através da comparação generalizada das quantidades de trabalho abstrato depositadas em cada mercadoria e representadas em seus respectivos valores, a análise científica do caráter jurídico da relação entre capital e trabalho não precisa enfrentar de modo claro a natureza desse padrão?

Eis o núcleo duro da explicação científica. Esta deve abranger dialeticamente *circulação e produção*. A forma do direito não pode ser explicada com base exclusivamente na circulação, pois o resultado é a obtenção de um sentido conceitual fragmentado, uma totalidade abstrata. Por outro lado, a mera análise da produção é insuficiente para dar conta do fenômeno jurídico, pois, como afirma Marx, o direito é a forma da relação de troca. Apenas a pesquisa detida da *circulação e da produção* como um *todo orgânico* é capaz de revelar o segredo oculto da lógica capitalista e, como consequência, o sentido conceitual da forma jurídica em Karl Marx⁴⁴. *Em outros termos, trata-se de explicar como a relação capital-trabalho poder ser, ao mesmo tempo, jurídica e não jurídica*⁴⁵.

Teoria geral do direito e marxismo representa um verdadeiro marco para a crítica marxista do direito. Pachukanis delimitou de modo adequado o objeto de análise e a chave de interpretação do fenômeno jurídico ao efetuar a aproximação entre a forma do direito e a forma da mercadoria. A partir de então, a crítica marxista, embora tenha evoluído, ainda se mantém refém de certos pressupostos que impedem seu aprimoramento.

Antes de tudo, os autores titubeiam entre as obras de juventude e de maturidade. Enredam-se num debate que está superado há anos. O ponto de partida, *evidentemente*, só pode ser *O capital*. Os que superam esse primeiro

⁴⁴ Helmut Reichelt observa: “A caracterização marxiana do trabalho no capitalismo como escravidão assalariada de modo algum deve ser encarada apenas como alusão cínica às relações existentes no processo imediato de produção, mas se refere, muito antes, *ao ponto de engate do sistema, ao ponto de junção, no qual a esfera da aparência é mediada com a esfera da essência*: na passagem da esfera da circulação simples para o capital, que Marx compreende, no *Rascunho*, em conexão estreita com a formulação hegeliana na lógica maior” (REICHELT, 2013, p. 98, grifo meu).

⁴⁵ Para a solução deste quiproquó, passando pela análise da forma jurídica à luz da oposição entre aparência e essência no contexto da dialética marxiana, confira-se: (CASALINO, 2013, pp. 121-134).

obstáculo veem-se presos numa limitação positivista, qual seja, a interpretação do direito sob a ótica normativa. Não há razões para temer o abandono deste pressuposto e, no entanto, isso não ocorre. Aqueles que avançam e ingressam na análise da obra magna de Marx não ultrapassam os primeiros capítulos. Tomam o capítulo 02 como a quintessência do conceito marxiano de direito, muito embora o *capital como capital* sequer tenha sido apresentado! Em nenhuma circunstância figura como preocupação a análise das formas jurídicas projetadas pela esfera da circulação ou a aparente contradição entre o direito e a circulação do dinheiro como capital. O momento da produção, por sua vez, tampouco é contemplado como objeto de análise científica.

O desenvolvimento da crítica marxista do direito, no entanto, depende seriamente da ultrapassagem dessas limitações. É necessário reconhecer o pioneirismo de Pachukanis, a centralidade de sua análise e, simultaneamente, as insuficiências de seu trabalho. É preciso compreender que a *forma do capital* é o ponto de partida e de chegada da análise do fenômeno jurídico e, portanto, a obra tardia de Marx é o objeto de estudo. Urge colocar na devida perspectiva escritos de juventude tais como *Glosas críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a reforma social”* para considerá-los o que realmente são: textos de um jovem que apenas *inicia* seu percurso intelectual.

Em suma, enquanto a crítica marxista do direito não se assumir como *crítica radical* e não romper de modo completo e definitivo com os pressupostos da teoria tradicional, não se pode afirmar que, ao menos para nós, o ano de 1926 tenha, de fato, terminado.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. “Sobre o Jovem Marx: questões de teoria”. In: _____. *A favor de Marx*. 2ª ed. Trad. Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, pp. 39-74.

ALVES, Alaôr Caffé. *Estado e Ideologia: aparência e realidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BITTAR, Eduardo C. B. *O direito na pós-modernidade e reflexões frankfurtianas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CASALINO, Vinícius. *O direito e a mercadoria: para uma crítica marxista da teoria de Pachukanis*. São Paulo: Dobra Editorial, 2011.

_____. *O direito e a transição: a forma jurídica na passagem do capitalismo ao socialismo*. Tese (doutorado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013.

CERRONI, Umberto. *O pensamento jurídico soviético*. Trad. Maria de Lurdes Sá Nogueira. Póvoa de Varzim (Portugal): Publicações Europa-América, 1976.

DINIZ, Márcio Augusto de Vasconcelos. “A democracia: o enigma resolvido de todas as Constituições – As críticas de Karl Marx (1843-1844) ao direito do Estado na filosofia hegeliana”. In: LIMA, Martonio Mont’Alverne Barreto;

BELLO, Enzo (orgs.). *Direito e marxismo*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010, pp. 61-94.

EDELMAN, Bernard. *O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito*. Trad. Soveral Martins e Pires de Carvalho. Coimbra: Centelha, 1976.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. *O socialismo jurídico*. Trad. Lívia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. *Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Brasiliense, 1997.

FONTAINHA, Fernando de Castro. “Por um conceito de direito em Marx”. In:

LIMA, Martonio Mont’Alverne Barreto; BELLO, Enzo (orgs.). *Direito e marxismo*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010, pp. 381-397.

GIANNOTTI, José Arthur. “Considerações sobre o método”. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 59-73.

GRAU, Eros Roberto. *O direito posto e o direito pressuposto*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

GRESPLAN, Jorge. *A mercadoria/Karl Marx*: Jorge Gresplan traduz e comenta. São Paulo: Ática, 2006.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. Trad.: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HORKHEIMER, Max. “Teoria tradicional e teoria crítica”. In: _____; ADORNO, Theodor W. *Textos escolhidos*. Trad. Edgard Afonso Malagodi e Ronaldo Pereria Cunha. São Paulo: Nova Cultural, 1989, (Os Pensadores), pp. 31-68.

KASHIURA JR, Celso Naoto. *Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. "Subdesenvolvimento e constituição dirigente: uma possível abordagem materialista". In: _____; BELLO, Enzo (orgs.). *Direito e marxismo*. Rio de Janeiro: Editora *Lumen Juris*, 2010, pp. 299-315.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 3ª ed. Trad. Maria Helena Barreiros Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. de Mario Duayer e Nélío Schneider, com a colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. "Los debates sobre la Ley acerca del Robo de Leña". In: _____. *Los debates de la Dieta Renana*. Trad. Juan Luis Vermal y Antonia García. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007, pp. 25-77.

_____. "Debatten über das Holzdiebstahls-gesetz". In: *Marx Engels Werke*. Band 1. Berlin: Dietz, 2006, pp. 109-147.

_____. *O capital*: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Das Kapital*: Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Buch I: der produktionsprozeß des Kapitals. Berlin: Dietz Verlag, 1962.

MASCARO, Alysson Leandro. *Crítica da legalidade e do direito brasileiro*. São Paulo: *Quartier Latin*, 2003.

MASTRODI, Josué; FURQUIM, Gabriel Martins. "Pachukanis e o abolicionismo penal de Hulsman e Christie". *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 9, 2014, pp. 150-175. Disponível em: <<http://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/10507/10644>.

Acesso em 29 de julho 2015.

MÉSZÁROS, István. “Metodologia e ideologia”. In: _____. *O poder da ideologia*. Trad. Paulo Cezar Castanheiras. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, pp. 301-324.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. *A questão do direito em Marx*. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

PACHUKANIS, Evgeny. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad.: Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

_____. *Allgemeine Rechtslehre und Marxismus*. Trad.: Edith Hajós. Freiburg: ça ira – Verlag, 2003.

_____. “A teoria marxista do direito e a construção do socialismo”. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). *O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis*. Trad. Lidia C. Ferreira e Márcio Bilharinho Naves. Campinas (SP): UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009, pp. 137-149.

REICHELT, Helmut. *Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx*. Trad. Nélio Schneider. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2013.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001, pp. 39-41.

SARTORI, Vitor Bartoletti. *Ontologia, técnica e alienação*: para uma crítica ao direito. Tese (doutorado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013.

STUTCHKA, Piotr. *Direito de classe e revolução socialista*. 2ª ed. Tradução: Emil Von München. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2001.